



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da audiência pública do EIA/RIMA do empreendimento do “Extração de Areia Quartzosa”, de responsabilidade da Mineração Descalvado Ltda., realizada na cidade de Descalvado, em 07 de abril de 2009.

Realizou-se, no dia 07 de abril de 2009, às 17 horas, na Câmara Municipal de Descalvado, na Rua Presidente Kennedy, 675, Novo Jardim Belém, Descalvado-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Extração de Areia Quartzosa”, de responsabilidade da Mineração Descalvado Ltda. (Proc. SMA. 13.801/2006). Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Luiz Antonio Panoni, Prefeito do Município de Descalvado -, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Luiz Carlos Viana, Presidente da Câmara Municipal de Descalvado, e José Ricci, Vereador do Município de Descalvado -, do Poder Judiciário – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Doutor Alexandre de Andrade Pereira, Promotor de Justiça da Comarca de Descalvado -, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Sinomar, Tenente Fraga e Soldados Medeiros e Unimel, vinculados à Polícia Militar Ambiental do Batalhão de Ribeirão Preto e Victor Emanuel Giglia Ferreira e João Luiz Macedo, vinculados ao Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais-DEPRN da Regional de Ribeirão Preto -, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental–EIA/RIMA do empreendimento “Extração de Areia Quartzosa”, de responsabilidade da Mineração Descalvado Ltda. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, a Secretária-Executiva esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e chamou para compor a Mesa Elzira Dea Barbour, vinculada ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA/Cetesb. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. Luiz Manuel Veloz e Vitório Etny Lorenzi, representantes da Mineração Descalvado Ltda., apresentaram um breve histórico da empresa e informações sobre o projeto que pretendem implantar. A Secretária-Executiva declarou que, por motivo excepcional, permitia que se manifestasse em primeiro lugar o representante do Poder Judiciário, Alexandre de Andrade Pereira, Promotor de Justiça da Comarca de Ribeirão Preto. Este representante do Poder Judiciário comentou que, depois de ouvir a apresentação do projeto, executado por profissionais competentes, não tem qualquer dúvida acerca do equacionamento da questão financeira e de transporte, mas sua principal preocupação era com o meio ambiente, pois não pode ver apenas a viabilidade econômica do projeto, ou seja, o barateamento de sua produção. Declarou que tinha dúvidas acerca da alternativa de localização escolhida, ou seja, se ela é a mais adequada para esse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tipo de exploração, uma vez que requer o desmatamento de 27 hectares de cerrado, e a atuação do Ministério Público é garantir, até mesmo por meio de inquérito civil público, a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, e é o que fará ao pedir que os peritos desse órgão analisem os estudos apresentados, precisamente se essa alternativa de localização, que tem como contrapartida tal desmatamento, garante a preservação do meio ambiente. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. José Alberto Bonani, representante da Associação Comercial e Industrial de Descalvado, comentou que, desde as primeiras escavações, a trajetória da Mineração Descalvado tem sido marcada pelo desenvolvimento e crescimento, ofertando, atualmente, oitenta postos de trabalho, ocupados em sua grande maioria pela população de Descalvado, sem levar em conta que os empregos indiretos que cria são também preenchidos pela mão-de-obra local, o que torna essa empresa participante da economia, praticando salários bem acima da média daqueles oferecidos pelas demais empresas sediadas no Município, o que garante uma demanda para o comércio local. Declarou também que outros aspectos relevantes da atuação dessa empresa é sua preocupação com os funcionários que terá de demitir com a exaustão das jazidas, propondo medidas preventivas que minimizem seus efeitos, e com a conservação e recuperação do meio ambiente, precisamente no que diz respeito à mata nativa, tratando-se, portanto, de um empreendimento que, tanto do ponto de vista econômico como ecológico, trará benefícios para a cidade. Concluiu sua manifestação com a declaração que, por todos esses motivos, não vê nenhum empecilho para que essa empresa implante este projeto no Município. André Juliani, representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Porto Ferreira e Região, comentou que, como presidente desse sindicato, conhece bem a atuação da Mineração Descalvado, que se trata de uma verdadeira escola, muito preocupada em cumprir a legislação, e que, para o setor de transporte, é muito importante que ela amplie suas atividades no Município. Luiz Carlos Koch, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Fundição e do Sindicato de Fundição do Estado de São Paulo, declarou a importância do empreendimento para o setor que representa, que é o sétimo maior produtor mundial de alumínio, ferro, latão, bronze, aço e de todos os metais fundidos, os quais são primordiais para as indústrias de movimentação, como tratores, automóveis, caminhões, navios, aviões, que sem esses metais não existiriam, como também não existiria o saneamento básico. Comentou que, para que este setor continue crescendo, galgando os seus objetivos, é importante que seja abastecido por produtos adequados, como os que são fabricados pela Mineração Descalvado, entre outras empresas da região. Honório Luiz Prata, representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Descalvado, declarou que há muitos anos trabalha para a Mineração Descalvado, e era testemunha ocular dos cuidados que ela dispensa ao meio ambiente, principalmente com a recuperação de áreas degradadas, e que ilustrava esses cuidados com a aquisição, como medida compensatória, de uma área com a extensão de 60 hectares, Recanto dos Pássaros, como medida compensatória, a qual não fazia parte de qualquer área de preservação permanente ou reserva legal, mas se tratava de uma área suscetível de ser desmatada pelo antigo proprietária proprietário, administrando-a e tornando-a ecologicamente protegida em todos os sentidos, tanto na fauna como na flora. Sugeriu, em seguida, que os recursos oriundos da compensação determinada pela legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC fossem aplicados em uma das reservas florestais do Município, pois vinte e cinco por cento do seu território é constituído por reservas legais averbadas, e fossem aplicados, também, nos recursos hídricos, precisamente na Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Pântano, futuro manancial de abastecimento, com capacidade de atender até 200 mil habitantes. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Luiz Antonio Panoni,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Prefeito do Município de Descalvado, declarou que evidentemente se preocupa com o desenvolvimento econômico do Município, notadamente no que tange à expansão desse segmento, a atividade minerária, e que tristemente assistiu a transferência de parte das atividades da Mineração Jundu para o Município de Guararema, o que concorreu para a diminuição do número de empregos e da renda do Município de Descalvado. Acrescentou que, se no âmbito mundial, a situação econômica tem sido motivo de preocupação, também tem sido para a população de Descalvado, pois o enfraquecimento da economia a tem afetado de maneira intensa. Declarou que, por esses motivos, projeto como esse que visam a geração de riqueza, o desenvolvimento econômico, e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda são bem vindos, desde que isso não ocorra em detrimento das questões ambientais. Declarou que todos os presentes, estudiosos do assunto, sabem da importância da necessidade de se tornar compatíveis entre si o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, até mesmo por ser este um princípio que nasceu na Convenção de Estocolmo, se reforçou na Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, que é o princípio da sustentação ambiental. Declarou, também, que assistiu atentamente a apresentação, pela empresa do EIA/RIMA, e que algumas questões não ficaram claras para ele, motivo pelo qual solicitavam que elas fossem mais detalhadas, e que, entre estas questões, se incluíam as seguintes: que o projeto prevê a abertura de uma nova jazida numa área de aproximadamente trinta e três hectares, mas não ficou muito claro em que tempo isso ocorrerá, ou seja, se o maciço de cerrado ali existente será erradicado de uma única vez ou em várias etapas. Declarou que reiterava a preocupação do engenheiro Honório Prata, representante da Associação dos Engenheiros do Município de Descalvado, qual seja, de que os recursos oriundos da compensação ambiental fossem aplicados no Município, para que ele não ocupe uma posição absolutamente indesejável no *ranking* dos Municípios Verdes do Estado de São Paulo, apesar da cobertura arbórea que possui, que é vinte e cinco superior ao mínimo exigido pelo Código Florestal. Declarou que não entendia por que parte dos recursos oriundos da compensação ambiental fosse destinada ao Município de Santa Rita do Passa Quatro. Declarou, também, que concordava com as medidas de compensação que seriam adotadas, mas achava que se deveria avançar um pouco mais, de modo a se incluir o reflorestamento de uma área de 7,2 hectares das nascentes de Calmão e Rosário, área esta adquirida há algum tempo pelo Município, com o objetivo de proteger essas nascentes, e que já havia formulado esse pleito para a diretoria da empresa, como também o de que intensificassem as atividades de educação ambiental no Município. Declarou que seu viés ambiental se devia ao fato de ter sido professor de direito ambiental e ter feito seu mestrado na USP, na área de ciências ambientais. Ao concluir, reiterou o pedido de esclarecimento que formulou sobre as seguintes questões: o prazo de execução do projeto; o cronograma a ser apresentado para restauração da área; a aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental no Município de Descalvado; e que outras medidas compensatórias, além dessas às quais se refere, fossem adotadas. Declarou, também, que nas visitas que fez às instalações da Mineração em mais de uma oportunidade pode constatar pessoalmente a grande preocupação que essa empresa tem com a preservação do meio ambiente. Passou-se à fase das réplicas. Vitório Etny Lorenzi, representante da Mineração Descalvado, depois de agradecer a contribuição oferecida pelo Prefeito do Município, informou: que o prazo de expansão era vinte e quatro anos; que seu cronograma previa quatro módulos, de oito hectares cada um, de modo que, no máximo, oito hectares seriam desmatados por períodos de quatro anos, três dos quais para lavras, dois para serem preenchidos com as lamas do beneficiamento, e que quando esses últimos ocorrem os três hectares já estarão em fase de revegetação, e que, portanto, na realidade, no máximo seis hectares serão desmatados ao longo de toda a vida útil do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empreendimento. Marcos Tadeu Novais dos Santos, representante da P.A. Brasil, depois de reiterar as informações oferecidas pelo geólogo Vitório Etny Lorenzi, informou que, além dos vinte e quatro anos de lavra, durante mais seis anos se darão continuação à recuperação da área do último módulo, uma vez que os trabalhos de recuperação se darão através de módulos. Esclareceu, também, que se preveem outras medidas de compensação, além daquela que consiste no cuidado a preservação, do mesmo modo como se procedeu como Recanto dos Pássaros, e que, no que concerne à primeira fase desse projeto, já foi firmado um acordo prévio com o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais, de que a Mineração mantenha, plante ou cuide e averbe sessenta e seis hectares de mata, e que todos estão dispostos seguramente a conversar sobre este assunto. A Secretária-Executiva Adjunta do Consema, declarou terem sido cumpridas todas as etapas previstas pela Deliberação Consema 34/2001, e que, todo aquele que desejasse ainda contribuir para o aprimoramento desse projeto, tinha o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir da data dessa audiência para fazê-lo, ou enviando sua contribuição pelos Correios para a Secretaria Executiva do Consema ou protocolando-a diretamente nesse setor. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano, a presença de todos, declarando, em seguida, encerrada a audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.